



ATA N.º 07/2018

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Nazaré, a sessão extraordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador.-----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão os Senhores José Alexandre Serra Sales, António de Sousa Pimenta, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes, Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, Maria da Ascensão Quinzico Codinha, João Pedro Azevedo Pessa, António Lopes Ferreira dos Santos - eleitos pelo Partido Socialista; Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Abílio José Januário Marques, António Pereira Nunes, Belmiro José Eusébio da Fonte, Zélia Maria Pereira da Costa Piseiro, Vitor Manuel Pereira Parreira - eleitos pelo Partido Social Democrata; João Paulo Quinzico Delgado e Sara Louraço Vidal Correia da Silva - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, de Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente.-----

Solicitaram a substituição os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda; Edmundo José Couto Barbosa, do Partido Social Democrata e Vasco Frederico Pires de Sousa, da Coligação Democrática Unitária.-----

Solicitaram a suspensão os Senhores Luísa Maria Ricardo Alves, Carlos Filipe Mafra de Sousa e Joaquim Ascensão Pequicho, do Partido Social Democrata, todos por dez dias.-----

Estiveram igualmente presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro e Senhores Vereadores Manuel António Águeda Sequeira, Alberto Madail da Silva Belo, Regina Margarida Amada Piedade Matos, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues, António Gordinho Trindade e Salvador Portugal Formiga.-----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos:-----

ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2018 - Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na sessão.-----

2. APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA – (apreciação e votação)

O Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam presentes dois representantes da Comissão executiva do FAM para prestar eventuais esclarecimentos.-----

A Senhora Telma Ferreira solicitou informação sobre as consequências que o FAM terá no investimento público a médio e longo prazo, quanto terá a dívida de descer, para abaixar os impostos à população, se a Autarquia foi obrigada a aderir ao FAM ou se foi por iniciativa própria.-----

O Senhor João Delgado efetuou a seguinte intervenção:-----

“Agradecer o relatório do FAM à sua direcção executiva: Esperamos que o executivo tire as devidas conclusões daquilo que aqui é plasmado! -----

Como pode ler-se na pág.4, factos sempre aqui apresentados pela CDU, a economia da Nazaré está exageradamente, "assente na terceirização" por via do incremento do Turismo — Com todas as consequências daí advindas!-----

Pag. 4 — Número de rescisões superior a 20: como se explica este fenómeno, para quem abriu concursos há pouco tempo?-----

Pag. 6 — Estrutura de receita efectiva: -----

- O peso dos impostos directos aumentam 1 milhão de euros de 2012 para 2017; -----

- O peso do IMI na estrutura de receitas é 39% quando em 2012 era de 27%;-----



- O IMT aumenta 51% em 5 anos e representa 11% na estrutura de receitas;-----

Conclusão: É com base numa brutal carga de impostos que a CMN encaixa a maior parte da receita. Representando o IMI 39% da estrutura de receitas, implica uma exposição acentuada da autarquia à pressão do licenciamento para novas construções, e com este imposto no máximo, só poderão fixar-se por cá os endinheirados, 11% do imobiliário foi aquisição de estrangeiros — expulsando jovens e franjas mais desapossadas da população. Por outro lado, com os reduzidos índices de execução orçamental na rubrica da receita temos sérias dúvidas da capacidade do município cumprir os pagamentos a que se propõe em sede do FAM. (fazemos alusão à forma como não respeitam a execução orçamental, já várias vezes avisados pela DGAL).-----

Pag. 8 — Estrutura de Despesa Corrente-----

- É de destacar que a aquisição de bens e serviços e despesas de pessoal representam 66% da estrutura de Despesas corrente. A aquisição de bens e serviços, com destaque para outros serviços, onde se enquadram trabalhos especializados e estudos e pareceres têm um peso muito significativo.-----

Conclusão: entende este executivo como normal, na situação em que a autarquia se encontra do ponto de vista financeiro, ter 5 vereadores a tempo inteiro para além dos cargos de nomeação política; Acha normal externalizar serviços, como estudos e pareceres, como o caderno de encargos para a ZIPLINE no valor de 25 mil euros, adquirir bancadas para um estádio de praia que está desactivado grande parte do ano, ou fazer uma intervenção na marginal absolutamente despesista, e eventualmente contrário ao estudo que ontem apresentou, quando poderia ter o mesmo resultado com práticas mais eficientes e menos onerosas para o erário público, para além dos gastos nas múltiplas viagens de "promoção" do turismo, ou ainda, as pomposas remodelações do Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O que vamos ter nos próximos 32 anos com este empréstimo de 35 milhões de euros é o seguinte, segundo as orientações do FAM:-----

Maximização da receita — por via de uma asfixia geral — impostos no máximo, taxas multas e outras penalizações no máximo, derrama no máximo, aumento das rendas de espaço público ... ou seja, condições severas para quem cá vive e para quem cá trabalha e tem os seus negócios. Medidas na despesa — Racionalização geral (nem era preciso o FAM dizer!) (o que duvidamos seriamente tendo em vista as práticas deste executivo).-----

A Grande Questão:-----

Este contrato considera que a performance da macroeconomia mantém uma rota de crescimento, o que é pouco provável. Basta ver-se o que se passou num passado recente em que a financeirização da economia rebentou com milhares de vidas, estruturas e postos de trabalho!----

Assume uma taxa de juro variável, revista a 4 anos, o que é perigoso. Tem por base um grande desempenho ao nível da receita, e respectiva cobrança pelo município, o que não se tem verificado na execução da cobrança, e sabemos que tudo isto está dependente do comportamento da economia externa com impactos no plano local, exatamente por estar demasiado assente na terceirização, designadamente no Turismo, e como tal mais exposta a fatores externos.-----

E se as coisas não correrem como estimado?-----

E se o município não pagar a tempo e horas a cada semestre? Ser-lhe-á imputado um juro de mora de 2% em cima do juro estabelecido em 1,75%. Esperamos sinceramente que tudo isto corra bem! Caso contrário será um desastre ainda maior!-----

Por último: só uma curiosidade — o período de carência será de 2 anos. Teremos eleições autárquicas daqui a três anos. Sendo conhecidas as práticas despesistas deste governo autárquico, escusado será dizer o que se vai passar neste período de alívio das finanças locais!

Depois, quem vier que feche a porta e apague a luz!”-----

De seguida a Senhora Fátima Duarte, no uso da palavra efetuou a seguinte intervenção:-----

“Boa noite a todos.-----



Antes de mais, gostava de dizer que preferia mil vezes não estar a discutir este ponto, mas infelizmente, é incontornável. É a nossa realidade.-----

Não só por razões que vêm do passado, mas infelizmente também por repetição de erros no presente. Concretamente sobre os pontos em questão: -----

- No ponto 2 do relatório da Direção Eecutiva, no âmbito da avaliação da proposta de PAM para o Município da Nazaré, nomeadamente nas considerações sobre a situação de rutura financeira, refere-se que a Autarquia dispõe de 213 funcionários ao seu serviço e que se prevê para 2018 um número de rescisões acima dos 20. -----

Que rescisões é que se prevêem? Em que áreas? Quantas? Mais concretamente acima das 20 é um número infinito.-----

Depois o incremento das receitas efetivas que é referido nos pontos seguintes vêm apenas consolidar o que temos referido até hoje: -----

- São fruto de aumentos substanciais de impostos diretos, taxas, tarifas e emolumentos cobrados pelo Município aos nossos munícipes. -----

- Da delapidação do Património do Município e de passivos financeiros, mais concretamente de sete milhões de euros do Apoio Transitório de Urgência. -----

Mesmo assim, depois de expurgados os pagamentos efetuados por conta do ATU e o aumento das receitas, as despesas superam em muito as receitas, e na minha opinião, esta tendência vai acentuar-se ainda mais ao longo deste mandato tendo em conta as políticas despesistas deste executivo. -----

E tanto assim é, que neste relatório mais concretamente, nos pontos que referem a análise da dívida do Município e observa-se em 3 meses – de 31/12/2017 a 31/03/2018, um aumento da dívida de 1 Milhão de Euros. -----

Preocupa-nos seriamente o facto de ser referido que parte das medidas de racionalização das despesas e maximização da receita já estão a ser implementadas pelo executivo (e sabemos que é

verdade, no âmbito do PAEL, que nunca foi implementado, mas cujos agravamentos previstos, esses sim, foram imediatamente colocados em vigor). -----

E no entanto, apesar do ajustamento das despesas e receitas, continua a haver um défice considerável entre ambos e um conseqüente acréscimo da dívida. -----

O Anexo A plasma isso mesmo, a dívida considerável já contraída por este executivo ao longo dos seus mandatos. -----

Por isso, apesar do cenário otimista em que se baseia este contrato de empréstimo, consideramos que é pouco viável a nível de sucesso financeiro com os encargos que acarreta por um longo prazo de 32 anos em que se tem que suportar o pagamento anual de 1.400.000 Euros, a partir de 2020, até 2050 e ainda as medidas do reequilíbrio orçamental conseqüentes durante 3 décadas. --

Este contrato traduz-se numa longa penhora do futuro do nosso concelho que pode correr o risco de ao longo de todo este tempo, por qualquer motivo não ser possível cumprir. -----

Termino citando um ex-deputado da Assembleia Municipal e atual Vereador sobre o PAM: -----

“É indecente querer adiar um problema às custas dos munícipes, contribuintes e empresas sediadas no Concelho” -----

Fim de citação - Ainda por mais quando todos os erros que nos levaram a esta situação se estão a repetir com mais força. “-----

O Senhor José Sales iniciou a sua intervenção por parabenizar o Executivo, por finalmente conseguir cumprir com os pagamentos a quem se deve. Verifica-se que as taxas estão no máximo, sendo esta obrigatoriedade devida à negociação do PAEL.-----

Questionou sobre o PREDE e empréstimo no valor de cerca de 9 milhões de euros, tendo vindo apenas 3 milhões. Quais são as soluções? Não pagamos?-----

Lembrou algumas dívidas existentes de há cerca de quinze anos atrás e questionou, se o FAM não presta, qual a solução?-----



Lembrou a declaração de voto apresentada pela Coligação Democrática Unitária em novembro de 2013, tendo lido partes da mesma.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, disse tratar-se de uma renegociação da dívida, vinda de há muitos anos atrás, do PREDE, do ATU e do seu Executivo, de contratos de factoring da responsabilidade do Partido Social Democrata e devido às indicações da Direção Geral de Finanças.-----

O Revisor Oficial de Contas detetou na altura o valor da dívida e desde 2018 foi já paga muita dívida. E sobre as questões do IMI, as taxas aprovadas pelo PAEL em 2011, são muito superiores às agora propostas. O bom, seria não existir dívida. Sobre os 20 trabalhadores, são os trabalhadores das AEC's. -----

*Informou que a bancada desmontável do estádio foi adquirida pela Nazaré Qualifica. -----
Atualmente, as condições de trabalho nos Paços do Município são muito melhores, não chovendo nas instalações.-----*

Sobre as questões apresentadas pelo Bloco de Esquerda, indicou que as respostas estão expressas no Relatório do FAM, permitindo que a Câmara continue a investir ao mesmo tempo que vai pagando a dívida; a Câmara poderá sempre descer o nível dos impostos, desde que existam soluções alternativas.-----

Dada a palavra ao membro da Comissão Executiva do FAM, Dr. Miguel Almeida, prestou informações técnicas sobre este programa, indicando esta ser uma entidade independente, onde os Municípios estão representados, tendo já emprestado a muitos Municípios, verificando a existência de uma redução da dívida de cada um, com um acompanhamento de proximidade, fazendo parte da solução. Sobre o PAEL, disse ter sido um Plano que não resultou, sendo substituído pelo FAM, não existindo comparações entre estes programas. -----

Sobre as questões colocadas, informou que o programa foi idealizado para permitir ao Município, que consiga reduzir as despesas efetivas, e aumentar as receitas, de modo a que possa

pagar a sua dívida.-----

Da experiência havida com outros Municípios, tem sido efetiva a redução do endividamento, com o poder baixar o IMI, desde que se consiga suportar o valor da dívida. Não existe previsto no FAM a redução de trabalhadores, ao invés do indicado no PAEL. Este empréstimo tem uma taxa fixa de 1,75%, sendo revista ao fim de quatro anos, não sendo expectável qualquer alteração. O FAM visa exclusivamente o pagamento da dívida municipal, logo que o Tribunal de Contas vise o procedimento.-----

A Senhora Telma Ferreira agradeceu a informação dada. -----

A Senhora Fátima Duarte referiu que o programa PAEL foi discutido num cenário totalmente diferente do atual. Não crê que o empréstimo seja efetuado sem haver imposições; a Câmara da Nazaré terá sempre uma despesa superior à receita, devido aos encargos existentes com infraestruturas de apoio às populações. Abordou de novo a questão das AEC's.-----

O Senhor João Delgado lembrou que o Senhor Presidente da Câmara tinha indicado ter soluções para tudo e não as arranjou. O executivo deverá apresentar soluções para os problemas do Concelho e não a oposição a fazê-lo. Disse haver muitas lacunas na atuação deste executivo e lembrou os malefícios executados pela TROIKA aos portugueses.-----

O Senhor José Sales questionou a oposição, quais as soluções para além do FAM, não podendo criticar, só por criticar, não havendo soluções para o descalabro efetuado pelo Partido Social Democrata nos vinte anos de governação. -----

A Senhora Telma Ferreira disse ser demagógica a intervenção do Senhor José Sales, pois o Partido Socialista deveria ter soluções, não pretendendo criticar, por criticar.-----

Em resposta, o Senhor José Sales disse que não poderia defender o PAEL, com a privatização de serviços públicos e redução do pessoal.-----

O Senhor João Delgado lembrou que as soluções apresentadas pela Coligação Democrática Unitária estão plasmadas no seu programa.-----



Dada a palavra ao Dr. Manuel Claro, da Comissão executiva do FAM, indicou que não pretende intrometer no debate político, mas unicamente na questão técnica, sendo o FAM um programa de ajustamento, não se comparando com o PAEL, havendo contribuições do Estado e dos Municípios. Cada Município tem a sua realidade específica, devendo existir capacidade de realização. Socorrendo-se do documento (relatório) apresentado, forneceu explicações técnicas sobre o programa do FAM, tendo sido analisados todos os pressupostos apresentados para a elaboração deste relatório. Sobre as preocupações do incumprimento, tem-se verificado uma melhoria na economia, reduzindo-se a dívida dos Municípios, existindo alguma margem para o investimento.-----

O Senhor Abílio Marques questionou sobre a aplicação do PAEL, onde os impostos municipais foram lançados para o seu valor máximo. Não acredita que o IMI vá descer dentro de dois anos e se for verdade, dará a mão à palmatória. Se o Tribunal de Contas não aprovar este processo, qual vai ser a solução que o Partido Socialista irá apresentar.-----

O Dr. Miguel Almeida, da Comissão executiva do FAM disse haver várias diferenças entre o PAEL e o FAM, devido à altura em que foram apresentados, sendo as do PAEL mais gravosas que as do FAM, existindo vários tipos de dívidas dos municípios. No caso do FAM há uma monitorização trimestral das Contas do Município, sendo o único programa existente para resolver este tipo de situações existentes nos municípios, não sendo expectável a sua recusa pelo Tribunal de Contas.-----

O Senhor João Delgado comentou que, se as expectativas não forem as melhores, este tipo de relatórios também deveria dar aos municípios outras soluções.-----

O Senhor José Sales congratulou-se pelo executivo querer pagar a dívida e investimento efetuado.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que as medidas elencadas em campanha eleitoral têm sido cumpridas por este executivo, existindo a renegociação da dívida com muitos fornecedores. O

PAEL foi aprovado em 2011 pelo executivo do Partido Social Democrata, que não o implementou na sua governação municipal.-----

O Senhor João Delgado referiu que o Presidente da Câmara tenta denegrir o trabalho da Coligação Democrática Unitária e este trabalho e competência tem sido demonstrado nesta Assembleia.-----

Não existindo mais intervenções, o assunto foi colocado à votação, sendo deliberado, por maioria, aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista, sete votos contra do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária. --

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“O Bloco de Esquerda vota contra o ponto 2 (Aprovação do Programa de Apoio Municipal do Município da Nazaré – Aprovação da Minuta do Contrato de Empréstimo de Assistência Financeira do Município da Nazaré) porque o FAM, Fundo de Apoio Municipal representa a perda da autonomia financeira da própria Autarquia, pois irá estar dependente da permissão do FAM em qualquer investimento. -----

Representa o corte no investimento público, que irá afetar o funcionamento do Serviço Público. Representa a continuação das taxas máximas, o que implica um agravamento fiscal para a população do nosso Concelho. -----

Representa medidas de contenção de despesa com pessoal, o que irá afetar também a dignidade e o bom funcionamento dos serviços públicos. -----

Esta dívida intolerável, deveria ter sido renegociada, para que as pessoas do Concelho da Nazaré, principalmente a camada mais frágil, não sofressem as consequências de vinte anos de uma gestão completamente irresponsável do Executivo PSD.” -----

O Senhor João Delgado, apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela ABSTENÇÃO, neste ponto da 2 ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----



Com a apresentação nesta assembleia das minutas de contrato de financiamento e restantes documentos no âmbito do FAM, assistimos ao culminar de um processo que a CDU, desde pelo menos 2010, vem propondo aos executivos municipais, ainda que não exatamente nos mesmos moldes que hoje aqui é apresentado, sendo uma das formas possíveis para resolver o problema da dívida da autarquia, como se pode comprovar em antigas actas das Assembleias Municipais. Também o nosso programa eleitoral contemplava esta forma de resolver a dívida, contrariamente às restantes forças políticas, onde incluímos o PS que hoje governa. -----

Confirmamos que as nossas propostas e indicações estão a servir de guia, porque alguns elementos deste executivo PS devem adormecer e acordar a pensar na acção política da CDU, evocando, inclusive, excertos das nossas intervenções nas reuniões de câmara tentando condicionar o nosso sentido de voto e as nossas posições futuras sobre as matérias em discussão. Então vamos lá recuperar o que dissemos nós ao longo do tempo e que disseram outros sobre a questão da dívida!-----

Na última campanha (2017) afirmámos o seguinte: -- "Teremos que ser capazes de renegociar a dívida com os credores e, depois disso, terá que ser discutido com o Estado e só com o Estado, um empréstimo pelo valor total da dívida apurada, de maneira a que se obtenha um prazo de pagamento o mais dilatado possível a um juro muito favorável, que permita o pagamento de forma controlada e sem asfixiar as finanças da autarquia, permitindo o investimento que é tão necessário fazer-se. Importa referir que a CDU propôs esta fórmula ao executivo do PS logo que este chegou a funções."-----

Foi isto que afirmámos na última campanha e que sempre defendemos desde que o valor da dívida foi conhecido no início de 2010. Tal como se comprova pela acta da sessão da AMN de 29 de Novembro de 2013 na AMN, durante a discussão do pedido de apoio no âmbito do PAEL, que o PS dizia nunca aceitar mas que logo veio a assinar, fazendo exatamente o contrário daquilo que defendeu em campanha eleitoral. Fica em acta, mas não vou ler o mesmo que já li!-----

Dissemos nesse momento: "Fica então a nossa proposta ao executivo: -----

- Discutir com o governo, ou com quem seja necessário e possível, um novo acordo de financiamento, mas pelo valor total da dívida a fornecedores e à banca e nunca pelo valor actualmente proposto. Isto porque percebemos que nas condições de vida actual é incomportável para a autarquia e para os munícipes o montante de juros a pagar durante os próximos 20 anos, tanto ao estado como à banca.-----

- Não aceitar um valor de empréstimo que não chega para sanear as dívidas e que, por isso, obrigará necessariamente, mais tarde ou mais cedo, ao incumprimento por parte da Câmara, originando com esses eventuais incumprimentos novos problemas cada vez mais complicados e «íceis de resolver. Tal inviabilizará todo o esforço agora pedido para um valor de empréstimo que sabemos ser insuficiente, mas que onera os cidadãos deste concelho, durante os próximos 20 anos, como se de um valor total da dívida se tratasse. Não nos chega já o que estamos a pagar ao estado? -----

- Caso esse esforço fosse produzido pelo executivo municipal, em consenso com as restantes forças políticas e o objectivo de saneamento da dívida pelo seu valor actualmente conhecido fosse satisfeito num empréstimo desse valor". -----

Foi isto que dissemos em Novembro de 2013 e em 2017 e não alteramos, ainda hoje, uma vírgula! Lembramos agora as propostas do responsável máximo do executivo desde que assumiu a sua candidatura à presidência da CMN e que exemplifica bem a ausência de estratégia e de princípios éticos com que governa há cerca de 5 anos. -----

Região da Nazaré de 24.09.2013 — Walter Chicharro reafirma a sua posição contra o PAEL e sublinha "que esse não é o caminho" e garante que "o PS tem propostas para apresentar e resolver o problema da dívida da CMN". Revela que "não vai pela redução de pessoal, mas sim pela redução da despesa corrente" Revela, também, que esteve reunido com um empresário russo da área do Turismo, "que tem casa na nazaré e tem trazido muita gente ao concelho e quer sair



da Rússia para internacionalizar os seus negócios. Revela que já está a trabalhar com investidores" e, a breve prazo, há possibilidade de instalação de negócio na área da aquacultura."-----

Rádio Mais OESTE — 17.09.2013 — Walter Chicharro diz que há muito que recusa aumentar os impostos e aceitar o PAEL, cujas linhas orientadoras são a venda de património, redução de custos com pessoal" Defende também o fim de cargos políticos "pagos a peso de ouro". Refere que tem um projeto feito com todos e para todos e uma candidatura responsável e com capacidade para uma solução para os problemas financeiros da autarquia. — Fez tudo ao contrário! -----

Fazendo a ligação directa do que acabei de ler com a acta da reunião de câmara do dia 8.10.2018, pode ler-se no fim da declaração política do PS, o seguinte: "Uma coisa é certa: O PS concretiza mais uma importante proposta sufragado pelas populações, reforçando que o que prometemos, cumprimos!". Bem! Tendo em conta as declarações supra-referidas, do Sr. presidente da CMN — isto só pode ser uma piada de mau gosto.-----

Se falam de cumprir a resolução da dívida, por um lado, em nenhum documento abordavam claramente a forma de a resolver. Por outro, desta forma qualquer executivo a resolveria — não seria necessário serem mentes tão brilhantes a dar um mero passo de contrair um empréstimo colossal, e com impactos tremendos para a população! -----

Em primeira e última análise, tendo em conta o que foi sempre dito pelo PS, a contratação deste empréstimo é a assunção da vossa própria incompetência! -----

Pois bem, estamos agora perante um instrumento, que vai permitir pagar a quem se deve há imensos anos, e por isso vamos, nos próximos 32 anos, sentir uma pressão tremenda, com os avultados pagamentos semestrais relativos à dívida e aos juros.,-----

Por outro lado, a CDU entende que existem matérias ausentes neste contrato que nos preocupam imenso. A principal é não constar, de forma evidente, quando e como se poderão aliviar os

impostos à população logo que se chegue a um valor de equilíbrio estrutural financeiro.-----

Alertamos o executivo para o seguinte: uma coisa é governar sem rumo, provocando mais despesa, como tem acontecido nos últimos 5 anos, pois basta vermos o aumento do valor da dívida a fornecedores causada já pelos executivos do PS, e outra é executar políticas públicas com prioridades bem definidas, sabendo as obrigações semestrais que doravante se colocam e as gravosas consequências caso falhem os pagamentos nos prazos indicados no contrato. -----

Estamos conscientes que este caminho aliviará a asfixia em que se encontra a autarquia. Um sufoco provocado por décadas de desgoverno de executivos com elementos do PSD, do PS e de Independentes, responsáveis máximos e únicos pelo estado a que chegámos, esmagando as finanças das famílias que em nada contribuíram para este descalabro! A nosso sentido de voto neste ponto mantém a coerência, verticalidade e sentido de responsabilidade que sempre nos caracterizou. Se há força política que sempre alertou para este rumo de desastre, se há eleitos que sempre se bateram contra estas políticas desastrosas, se há estrutura que não tem qualquer responsabilidade nesta matéria — essa força é a CDU — um facto que nos distingue e muito nos orgulha!”-----

O Senhor Milton Estrelinha apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A situação financeira da Câmara Municipal da Nazaré há muito que é um assunto de extrema importância para o Partido Socialista e acreditamos que para as restantes forças políticas sediadas no concelho. Não esquecemos, nem ninguém poderá esquecer, a origem do problema hoje em discussão. Apesar de alguns pretenderem focalizar as atenções nesta proposta, fazem-no como única forma de ocultar uma gestão, de quase duas décadas, que não só penalizou o normal funcionamento da autarquia, como gerou desconfiança de entidades bancárias, entidades fiscalizadoras e até de fornecedores pelo facto de constantes incumprimentos e derrapagens orçamentais, que redundaram no cenário hoje conhecido.-----

Em finais de 2013, aquando da assunção destinos autárquicos, por esta força política, o cenário



era surreal: penhoras constantes; dívidas asfixiantes; incumprimentos em projetos como o CAR Surf, Recifes Artificiais, Centros Escolares e Área de Localização Empresarial, entre tantos outros processos. Gradualmente, esta gestão socialista foi conseguindo subtrair problema a problema, colocando o enfoque nas soluções para a resolução dos mesmos. Exemplo disso foi o ATU, processo que solucionou muitos dos problemas acima referenciados mas que mais ninguém defendeu. Hoje já poucos negam a importância desse instrumento, mas no momento da verdade o PS esteve só.-----

Não esquecemos o processo PREDE, este que era um importante instrumento para regularizar a então conhecida dívida a fornecedores. 3 milhões entraram nos cofres da autarquia e, segundo o relatório do IGF, essa verba foi canalizada para despesa corrente. Era assim que se geria a causa pública no concelho da Nazaré.-----

Não esquecemos que foram apresentadas, por duas vezes, neste órgão fiscalizador, propostas de declaração de desequilíbrio estrutural financeiro para que, dessa forma, se pudesse transformar a dívida de curto prazo e financeira em dívida de médio-longo prazo, algo que foi sempre rejeitado pela então maioria social-democrata. Já na altura a solução era óbvia, mas só para alguns. Também não esquecemos que o processo PAEL colocou a nu a gestão danosa realizada por mais de uma década, já que em poucos meses choveram milhões de dívida acrescida, resultado de constantes ocultações da mesma, não só a este órgão como a todas as entidades fiscalizadoras. Não esquecemos que o PAEL detinha dois problemas: não só não incorporava toda a dívida municipal como colocava condições intoleráveis para esta força política: para o PS não era negociável a alienação da gestão de serviços básicos essenciais, da mesma forma que não aceitávamos restrições ao nível do número de colaboradores do município.-----

Se para o PSD o PAEL era uma melhor solução que a hoje discutida então expliquem como e porquê. Isto porque este Plano de Ajustamento Municipal contempla toda a dívida, seja ela comercial ou financeira; detém juros mais baixos que as taxas existentes no PAEL; promove uma

redução de juros de dívida no valor de mais de 500 mil euros por ano; poderão existir amortizações de dívida; não existem condicionantes que coloquem em causa o normal funcionamento desta Câmara e não colocam como condição a concessão de serviços básicos essenciais. Alguém consegue argumentar essa tese, tantas vezes defendida? Claro que não! Ninguém bem informado se atreve. Existirão os argumentos populistas das taxas máximas por um período considerável? Obviamente que não hesitaram em utilizá-los, mas após tanta discussão foram apresentadas soluções alternativas credíveis? Obviamente que não. Isso também não interessa. -----

Na prática o que estamos a discutir é um plano que estabiliza um problema criado pelos eleitos do PSD local, já agora, um plano gerado pelo PSD nacional e implementado pelo PS local e nacional. Em síntese, o que separa as águas nesta discussão são os que defendem a resolução do maior problema de gestão desta autarquia e os que querem continuar mergulhados no caos, sempre com espírito individualista, na esperança de um deslize desta gestão para que possam alcançar o poder.-----

É isto que nos distingue: não estamos obcecados pelo poder, mas antes pela defesa dos mais elevados interesses do concelho.-----

Para alguns, pouco importa falar que este executivo herdou uma dívida superior a 45 milhões, nem importa falar do valor até agora amortizado. O que está em causa é uma dívida que temos todos de pagar. É uma questão de honra para todos. A partir de hoje vamos assumir um compromisso que é para cumprir.-----

Alguns poderão querer esquecer o passado, o que defendiam mas já não defendem o que todos sabiam mas faziam de conta desconhecer, mas nós somos responsáveis e não conseguimos.-----

Esta é, porventura, a decisão mais importante nas últimas décadas, que decide se queremos ou não resolver um problema que vai viver connosco alguns anos. Os representantes do Partido Socialista estão e estarão sempre do lado das soluções. Esta é a única solução que garante o



normal funcionamento da autarquia nazarena, desde que exista uma gestão rigorosa. Foi isso que sempre defendemos. Prometemos e Cumprimos!”-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Os membros eleitos pelo PSD votam contra no ponto 2 e 3 da ordem de trabalhos — Aprovação do Programa de Apoio Municipal do Município da Nazaré - Aprovação da minuta de contrato de Empréstimo de Assistência Financeira e Aprovação da Minuta de Contrato de Programa de Ajustamento do Município da Nazaré, respetivamente, pois apesar de termos consciência da necessidade de procurar soluções que ajudem o município a sair da situação de desequilíbrio financeiro em que se encontra, consideramos este instrumento bastante oneroso para os nossos municípios, quer pelas medidas de medidas de reequilíbrio orçamental que exige de maximização das receitas, acarretando a manutenção dos impostos às taxas máximas, aumentos substanciais nos valores já tão elevados das taxas, tarifas e emolumentos cobrados pelo município, bem como de racionalização das despesas que irá implicar entre outras medidas gravosas, rescisões de contratos de trabalho, mas também pelos encargos elevadíssimos e insuportáveis que comporta para as contas do município durante os próximos 32 anos.-----

Além disso, o cenário idílico e otimista em nos são apresentadas as estimativas de evolução das receitas e das despesas durante estas três décadas de duração do empréstimo, levam-nos a ser muito cautelosos quanto á sua infalibilidade, tendo em conta que a partir de 2020, o município terá que suportar o pagamento de 1,4ME ano até 2050.-----

Acresce ainda o facto de, não obstante o anúncio propagandista de diminuição da dívida no valor de 11ME, por parte deste executivo, verificou-se também, segundo os dados da DGAL sobre o apuramento do endividamento do município em 31/12/2017 um aumento da dívida a rondar os 3ME entre 01/01/2017 e 31/12 do mesmo ano, e ainda, no ponto 23 do relatório da Direção executiva, no âmbito da avaliação da proposta do PAM conta um aumento da mesma, em mais

IME só entre 31/12/2017 e 31/03/2018, como aliás, está plasmado no anexo A do relatório apresentado.-----

Por todos os factos expostos e porque acreditamos que existem outras soluções menos onerosas para os munícipes do concelho da Nazaré, que ajudariam a alcançar o reequilíbrio financeiro do Município, sem este esforço que trespassará gerações, o nosso sentido de voto não poderia ser outro senão contra.”-----

3. APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE PROGRAMA DE AJUSTAMENTO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – (apreciação e votação)

A apreciação deste assunto foi efetuada em conjunto com o ponto anterior.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista, sete votos contra do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda e duas abstenções da Coligação Democrática Unitária.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Os membros eleitos pelo PSD votam contra no ponto 2 e 3 da ordem de trabalhos — Aprovação do Programa de Apoio Municipal do Município da Nazaré - Aprovação da minuta de contrato de Empréstimo de Assistência Financeira e Aprovação da Minuta de Contrato de Programa de Ajustamento do Município da Nazaré, respetivamente, pois apesar de termos consciência da necessidade de procurar soluções que ajudem o município a sair da situação de desequilíbrio financeiro em que se encontra, consideramos este instrumento bastante oneroso para os nossos munícipes, quer pelas medidas de medidas de reequilíbrio orçamental que exige de maximização das receitas, acarretando a manutenção dos impostos às taxas máximas, aumentos substanciais nos valores já tão elevados das taxas, tarifas e emolumentos cobrados pelo município, bem como de racionalização das despesas que irá implicar entre outras medidas gravosas, rescisões de



contratos de trabalho, mas também pelos encargos elevadíssimos e insuportáveis que comporta para as contas do município durante os próximos 32 anos.-----

Além disso, o cenário idílico e otimista em nos são apresentadas as estimativas de evolução das receitas e das despesas durante estas três décadas de duração do empréstimo, levam-nos a ser muito cautelosos quanto á sua infalibilidade, tendo em conta que a partir de 2020, o município terá que suportar o pagamento de 1,4ME ano até 2050.-----

Acresce ainda o facto de, não obstante o anúncio propagandista de diminuição da dívida no valor de 11ME, por parte deste executivo, verificou-se também, segundo os dados da DGAL sobre o apuramento do endividamento do município em 31/12/2017 um aumento da dívida a rondar os 3ME entre 01/01/2017 e 31/12 do mesmo ano, e ainda, no ponto 23 do relatório da Direção executiva, no âmbito da avaliação da proposta do PAM conta um aumento da mesma, em mais 1ME só entre 31/12/2017 e 31/03/2018, como aliás, está plasmado no anexo A do relatório apresentado.-----

Por todos os factos expostos e porque acreditamos que existem outras soluções menos onerosas para os munícipes do concelho da Nazaré, que ajudariam a alcançar o reequilíbrio financeiro do Município, sem este esforço que trespassará gerações, o nosso sentido de voto não poderia ser outro senão contra.”-----

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda vota contra o ponto 3 (aprovação do Programa de Apoio Municipal do Município da Nazaré – Aprovação da Minuta do Contrato de Programa de Ajustamento do Município da Nazaré) porque o FAM, Fundo de Apoio Municipal representa a perda da autonomia financeira da própria Autarquia. -----

- Pois irá estar dependente da permissão do FAM em qualquer investimento.-----*
- Representa o corte no investimento público, que irá afetar o funcionamento do Serviço Público.*
- Representa a continuação das taxas máximas, o que implica um agravamento fiscal para a*

população do nosso Concelho. -----

- Representa medidas de contenção de despesa com o pessoal, o que irá afetar também a dignidade e bom funcionamento dos serviços públicos.-----

Esta dívida intolerável, deveria ter sido renegociada, para que as pessoas do Concelho da Nazaré, principalmente a camada mais frágil, não sofressem as consequências de vinte anos de uma gestão completamente irresponsável do Executivo do PSD.”-----

O Senhor João Paulo Delgado, apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela ABSTENÇÃO, neste ponto da 2 ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Com a apresentação nesta assembleia das minutas de contrato de financiamento e restantes documentos no âmbito do FAM, assistimos ao culminar de um processo que a CDU, desde pelo menos 2010, vem propondo aos executivos municipais, ainda que não exatamente nos mesmos moldes que hoje aqui é apresentado, sendo uma das formas possíveis para resolver o problema da dívida da autarquia, como se pode comprovar em antigas actas das Assembleias Municipais. Também o nosso programa eleitoral contemplava esta forma de resolver a dívida, contrariamente às restantes forças políticas, onde incluímos o PS que hoje governa. -----

Confirmamos que as nossas propostas e indicações estão a servir de guia, porque alguns elementos deste executivo PS devem adormecer e acordar a pensar na acção política da CDU, evocando, inclusive, excertos das nossas intervenções nas reuniões de câmara tentando condicionar o nosso sentido de voto e as nossas posições futuras sobre as matérias em discussão. Então vamos lá recuperar o que dissemos nós ao longo do tempo e que disseram outros sobre a questão da dívida!-----

Na última campanha (2017) afirmámos o seguinte: -- "Teremos que ser capazes de renegociar a dívida com os credores e, depois disso, terá que ser discutido com o Estado e só com o Estado, um empréstimo pelo valor total da dívida apurada, de maneira a que se obtenha um prazo de



pagamento o mais dilatado possível a um juro muito favorável, que permita o pagamento de forma controlada e sem asfixiar as finanças da autarquia, permitindo o investimento que é tão necessário fazer-se. Importa referir que a CDU propôs esta fórmula ao executivo do PS logo que este chegou a funções."-----

Foi isto que afirmámos na última campanha e que sempre defendemos desde que o valor da dívida foi conhecido no início de 2010. Tal como se comprova pela acta da sessão da AMN de 29 de Novembro de 2013 na AMN, durante a discussão do pedido de apoio no âmbito do PAEL, que o PS dizia nunca aceitar mas que logo veio a assinar, fazendo exatamente o contrário daquilo que defendeu em campanha eleitoral. Fica em acta, mas não vou ler o mesmo que já li!-----

Dissemos nesse momento: "Fica então a nossa proposta ao executivo: -----

- Discutir com o governo, ou com quem seja necessário e possível, um novo acordo de financiamento, mas pelo valor total da dívida a fornecedores e à banca e nunca pelo valor actualmente proposto. Isto porque percebemos que nas condições de vida actual é incomportável para a autarquia e para os munícipes o montante de juros a pagar durante os próximos 20 anos, tanto ao estado como à banca.-----

- Não aceitar um valor de empréstimo que não chega para sanear as dívidas e que, por isso, obrigará necessariamente, mais tarde ou mais cedo, ao incumprimento por parte da Câmara, originando com esses eventuais incumprimentos novos problemas cada vez mais complicados e «íceis de resolver. Tal inviabilizará todo o esforço agora pedido para um valor de empréstimo que sabemos ser insuficiente, mas que onera os cidadãos deste concelho, durante os próximos 20 anos, como se de um valor total da dívida se tratasse. Não nos chega já o que estamos a pagar ao estado? -----

- Caso esse esforço fosse produzido pelo executivo municipal, em consenso com as restantes forças políticas e o objectivo de saneamento da dívida pelo seu valor actualmente conhecido fosse satisfeito num empréstimo desse valor". -----

Foi isto que dissemos em Novembro de 2013 e em 2017 e não alteramos, ainda hoje, uma vírgula! Lembramos agora as propostas do responsável máximo do executivo desde que assumiu a sua candidatura à presidência da CMN e que exemplifica bem a ausência de estratégia e de princípios éticos com que governa há cerca de 5 anos. -----

Região da Nazaré de 24.09.2013 — Walter Chicharro reafirma a sua posição contra o PAEL e sublinha "que esse não é o caminho" e garante que "o PS tem propostas para apresentar e resolver o problema da dívida da CMN". Revela que "não vai pela redução de pessoal, mas sim pela redução da despesa corrente" Revela, também, que esteve reunido com um empresário russo da área do Turismo, "que tem casa na nazaré e tem trazido muita gente ao concelho e quer sair da Rússia para internacionalizar os seus negócios. Revela que já está a trabalhar com investidores" e, a breve prazo, há possibilidade de instalação de negócio na área da aquacultura."-----

Rádio Mais OESTE — 17.09.2013 — Walter Chicharro diz que há muito que recusa aumentar os impostos e aceitar o PAEL, cujas linhas orientadoras são a venda de património, redução de custos com pessoal" Defende também o fim de cargos políticos "pagos a peso de ouro". Refere que tem um projeto feito com todos e para todos e uma candidatura responsável e com capacidade para uma solução para os problemas financeiros da autarquia. — Fez tudo ao contrário! -----

Fazendo a ligação directa do que acabei de ler com a acta da reunião de câmara do dia 8.10.2018, pode ler-se no fim da declaração política do PS, o seguinte: "Uma coisa é certa: O PS concretiza mais uma importante proposta sufragado pelas populações, reforçando que o que prometemos, cumprimos!". Bem! Tendo em conta as declarações supra-referidas, do Sr. presidente da CMN — isto só pode ser uma piada de mau gosto.-----

Se falam de cumprir a resolução da dívida, por um lado, em nenhum documento abordavam claramente a forma de a resolver. Por outro, desta forma qualquer executivo a resolveria — não



seria necessário serem mentes tão brilhantes a dar um mero passo de contrair um empréstimo colossal, e com impactos tremendos para a população! -----

Em primeira e última análise, tendo em conta o que foi sempre dito pelo PS, a contratação deste empréstimo é a assunção da vossa própria incompetência! -----

Pois bem, estamos agora perante um instrumento, que vai permitir pagar a quem se deve há imensos anos, e por isso vamos, nos próximos 32 anos, sentir uma pressão tremenda, com os avultados pagamentos semestrais relativos à dívida e aos juros.,-----

Por outro lado, a CDU entende que existem matérias ausentes neste contrato que nos preocupam imenso. A principal é não constar, de forma evidente, quando e como se poderão aliviar os impostos à população logo que se chegue a um valor de equilíbrio estrutural financeiro.-----

Alertamos o executivo para o seguinte: uma coisa é governar sem rumo, provocando mais despesa, como tem acontecido nos últimos 5 anos, pois basta vermos o aumento do valor da dívida a fornecedores causada já pelos executivos do PS, e outra é executar políticas públicas com prioridades bem definidas, sabendo as obrigações semestrais que doravante se colocam e as gravosas consequências caso falhem os pagamentos nos prazos indicados no contrato. -----

Estamos conscientes que este caminho aliviará a asfixia em que se encontra a autarquia. Um sufoco provocado por décadas de desgoverno de executivos com elementos do PSD, do PS e de Independentes, responsáveis máximos e únicos pelo estado a que chegámos, esmagando as finanças das famílias que em nada contribuíram para este descalabro! A nosso sentido de voto neste ponto mantém a coerência, verticalidade e sentido de responsabilidade que sempre nos caracterizou. Se há força política que sempre alertou para este rumo de desastre, se há eleitos que sempre se bateram contra estas políticas desastrosas, se há estrutura que não tem qualquer responsabilidade nesta matéria — essa força é a CDU — um facto que nos distingue e muito nos orgulha!”-----

O Senhor Milton Estrelinha apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A situação financeira da Câmara Municipal da Nazaré há muito que é um assunto de extrema importância para o Partido Socialista e acreditamos que para as restantes forças políticas sediadas no concelho. Não esquecemos, nem ninguém poderá esquecer, a origem do problema hoje em discussão. Apesar de alguns pretenderem focalizar as atenções nesta proposta, fazem-no como única forma de ocultar uma gestão, de quase duas décadas, que não só penalizou o normal funcionamento da autarquia, como gerou desconfiança de entidades bancárias, entidades fiscalizadoras e até de fornecedores pelo facto de constantes incumprimentos e derrapagens orçamentais, que redundaram no cenário hoje conhecido.-----

Em finais de 2013, aquando da assunção destinos autárquicos, por esta força política, o cenário era surreal: penhoras constantes; dívidas asfixiantes; incumprimentos em projetos como o CAR Surf, Recifes Artificiais, Centros Escolares e Área de Localização Empresarial, entre tantos outros processos. Gradualmente, esta gestão socialista foi conseguindo subtrair problema a problema, colocando o enfoque nas soluções para a resolução dos mesmos. Exemplo disso foi o ATU, processo que solucionou muitos dos problemas acima referenciados mas que mais ninguém defendeu. Hoje já poucos negam a importância desse instrumento, mas no momento da verdade o PS esteve só.-----

Não esquecemos o processo PREDE, este que era um importante instrumento para regularizar a então conhecida dívida a fornecedores. 3 milhões entraram nos cofres da autarquia e, segundo o relatório do IGF, essa verba foi canalizada para despesa corrente. Era assim que se geria a causa pública no concelho da Nazaré.-----

Não esquecemos que foram apresentadas, por duas vezes, neste órgão fiscalizador, propostas de declaração de desequilíbrio estrutural financeiro para que, dessa forma, se pudesse transformar a dívida de curto prazo e financeira em dívida de médio-longo prazo, algo que foi sempre rejeitado pela então maioria social-democrata. Já na altura a solução era óbvia, mas só para alguns.



Também não esquecemos que o processo PAEL colocou a nu a gestão danosa realizada por mais de uma década, já que em poucos meses choveram milhões de dívida acrescida, resultado de constantes ocultações da mesma, não só a este órgão como a todas as entidades fiscalizadoras. Não esquecemos que o PAEL detinha dois problemas: não só não incorporava toda a dívida municipal como colocava condições intoleráveis para esta força política: para o PS não era negociável a alienação da gestão de serviços básicos essenciais, da mesma forma que não aceitávamos restrições ao nível do número de colaboradores do município. -----

Se para o PSD o PAEL era uma melhor solução que a hoje discutida então expliquem como e porquê. Isto porque este Plano de Ajustamento Municipal contempla toda a dívida, seja ela comercial ou financeira; detém juros mais baixos que as taxas existentes no PAEL; promove uma redução de juros de dívida no valor de mais de 500 mil euros por ano; poderão existir amortizações de dívida; não existem condicionantes que coloquem em causa o normal funcionamento desta Câmara e não colocam como condição a concessão de serviços básicos essenciais. Alguém consegue argumentar essa tese, tantas vezes defendida? Claro que não! Ninguém bem informado se atreve. Existirão os argumentos populistas das taxas máximas por um período considerável? Obviamente que não hesitaram em utilizá-los, mas após tanta discussão foram apresentadas soluções alternativas credíveis? Obviamente que não. Isso também não interessa. -----

Na prática o que estamos a discutir é um plano que estabiliza um problema criado pelos eleitos do PSD local, já agora, um plano gerado pelo PSD nacional e implementado pelo PS local e nacional. Em síntese, o que separa as águas nesta discussão são os que defendem a resolução do maior problema de gestão desta autarquia e os que querem continuar mergulhados no caos, sempre com espírito individualista, na esperança de um deslize desta gestão para que possam alcançar o poder. -----

É isto que nos distingue: não estamos obcecados pelo poder, mas antes pela defesa dos mais

elevados interesses do concelho.-----

Para alguns, pouco importa falar que este executivo herdou uma dívida superior a 45 milhões, nem importa falar do valor até agora amortizado. O que está em causa é uma dívida que temos todos de pagar. É uma questão de honra para todos. A partir de hoje vamos assumir um compromisso que é para cumprir.-----

Alguns poderão querer esquecer o passado, o que defendiam mas já não defendem o que todos sabiam mas faziam de conta desconhecer, mas nós somos responsáveis e não conseguimos.-----

Esta é, porventura, a decisão mais importante nas últimas décadas, que decide se queremos ou não resolver um problema que vai viver connosco alguns anos. Os representantes do Partido Socialista estão e estarão sempre do lado das soluções. Esta é a única solução que garante o normal funcionamento da autarquia nazarena, desde que exista uma gestão rigorosa. Foi isso que sempre defendemos. Prometemos e Cumprimos!”-----

4. PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “ZIPLINE NAZARÉ” – (apreciação e votação)

A Senhora Telma Ferreira disse que as propostas apresentadas não são consensuais e esta temática tem gerado muita polémica. Pretende que este assunto ultrapasse a Assembleia e que seja realizado um referendo à população.-----

O Senhor João Delgado efetuou a seguinte intervenção:-----

“Gostaria de ver respondidas estas questões? -----

Qual a posição da AMN sobre o assunto? (domínio público marítimo)

Na proposta consta o seguinte:-----

Considerando que o Zipline Nazaré irá: -----

Ponto 1 – Criar um actividade de animação Turística inovadora na Nazaré que funcione todo o ano; (Funcionará com tempo invernos, nortada rigorosa, mar tempestuoso, sudoeste rijo e leste



cortante? Não estamos propriamente num país tropical, que ainda assim não estão livres de ciclones e tempestades rigorosas! Como se pode afirmar isto?) -----

Ponto 4 – Potenciar um desenvolvimento sustentável da zona costeira através de uma abordagem, perspectiva, dinâmica e adaptativa que fomente a sua competitividade enquanto espaço produtivo, gerador de riqueza e emprego; (como pode afirmar isto? Onde está o estudo de impacto económico, onde está o estudo de impacto ambiental? O que é que isto produz (produção efectiva)? Quantos postos de trabalho vai criar?) -----

Ponto 7 - Promover a biodiversidade num quadro de qualidade de vida das populações actuais e vindouras; (Como? Se isto é um atropelo ao ecossistema e um sério obstáculo à tranquilidade para quem usufrui da praia!) A População foi ouvida? -----

Ponto 9 – Valorizar e qualificar as praias do município, em termos estratégicos por motivos ambientais e turísticos; (se vai instalar uma estrutura que será um abcesso, um elemento agressor da natureza como se pode afirmar isto?) -----

Por último: Por ser um projecto estratégico para o município da Nazaré uma vez que irá permitir gerar receitas adicionais de modo a promover redução de dívida e fomentar novos investimentos municipais; (se isto é um projecto estratégico para o executivo, estamos literalmente à beira do abismo e sem retorno. Gerar receitas?! Para quem? Só se for para o concessionário pois para o município fica uma ínfima parte! -----

É caso para dizer – da vossa parte temos que estar preparados para esperar sempre o pior! Se até aqui navegavam à vista, agora estão completamente à deriva!” -----

A Senhora Fátima Duarte pretendeu saber exatamente o trajeto deste projeto, referindo que a paisagem da Nazaré é única e não merece ser cortada e atravessada por uma linha.-----

O Senhor José Sales disse ser uma ideia do executivo, na sequência do desenvolvimento que pretende implementar na Nazaré. Acredita ser uma ideia que gere controvérsia, contemplando o projeto a instalação de um cabo com cerca de 20m/m de espessura, sendo uma atividade que

pretende dar mais-valias à Nazaré. Lembrou o procedimento da certificação ISO14001:2015, aprovado pela Assembleia Municipal.-----

O Senhor João Delgado disse tratar-se de uma concessão pública, verificando estar este processo em marcha desde março de 2017, tal como o processo do Parque da Pedralva e sua privatização, finalizando por referir que o processo da certificação é uma boa medida.-----

Face a esta intervenção, o Senhor José Sales respondeu que o processo do Parque da Pedralva não se tratava de uma privatização, mas sim de uma concessão, afirmando que, o que este executivo propõe, executa, cumprindo as promessas eleitorais.-----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para referir que há um conjunto de normas e caderno de encargos que respondem às questões, existindo um conjunto de premissas no caderno de encargos que dão resposta às questões colocadas. Há uma norma que diz que tem de haver harmonia urbanística na paisagem, estando a questão da privacidade garantida, bem como o tipo de materiais a utilizar, estando expresso no caderno de encargos que o promotor apresentará proposta financeira e do trajeto. Há um ponto de partida, que será no Sítio, em terreno do Município e o trajeto será proposto pelo promotor, podendo ser aceite, ou não, pela Câmara. O fio terá 18m/m de espessura, sendo uma ideia a colocar a concurso. Se a proposta apresentada não for boa do ponto de vista estético e financeiro, não será aceite. -----

Por último, referiu que o procedimento do parque da Pedralva não é uma privatização, mas sim uma concessão, tendo solicitado que a Cjefe da Divisão Administrativa e Financeira informasse quanto à questão.-----

A Chefe da DAF, Dra Helena Pola informou ser um concurso público, estando o ponto de partida indicado na planta anexa ao processo. Mais informou que o que está em causa, é a Assembleia Municipal aprovar, ou não, as peças agora apresentadas, estando plasmadas no documento todas as condições. Não é possível obter um parecer prévio a uma localização, que ainda não se conhece o início ou finalização do empreendimento. Este procedimento foi elaborado por uma



equipa jurídica, cumprindo toda a legislação. -----

A Senhora Fátima Duarte agradeceu a explicação dada pela Dra. Helena Pola, mas o seu âmago de preocupação mantém-se, devido à agressão visual na paisagem. Questionou de onde partiu esta ideia do Zipline.-----

Também o Senhor João Delgado agradeceu os esclarecimentos efetuados, mas que o preocupa a questão das arribas, lamentando que o Presidente da Câmara não tenha mais informações sobre o tema. -----

Igualmente a Senhora Sara Vidal expressou que o Promontório é um geosítio referenciado, e denotou a sua preocupação quanto ao tema, indicando existir outras formas de promoção, indo a Nazaré perder muito turismo, devendo existir um parecer ambiental.-----

O Senhor Abílio Marques disse ser uma agressão paisagística e lembrou que as Festas em Honra de Nossa Senhora da Nazaré, no Sítio, deixaram de ser realizadas no Promontório, devido a problemas geológicos, como indicado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e questionou como poderá pretender-se esta instalação.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o que está em causa é a aprovação de uma concessão, excetuando os pareceres e outros aspetos técnicos que devam ser obtidos, podendo ser negativos. Não há certezas neste procedimento. No âmbito deste processo, lembrou-se de um outro projeto para a zona da Lagoa do Valado, sendo interessante no aspeto ambiental, pretendendo este executivo defender a questão ambiental.-----

A Senhora Telma Ferreira voltou a questionar, para a realização de se fazer um referendo local para esta questão, dado este processo se encontrar numa fase embrionária.-----

O Senhor Presidente respondeu que não pretende fazer referendos locais, para cada medida que pretenda implementar.-----

O Senhor João Delgado disse ser um erro político a apresentação deste projeto, sugerindo que o mesmo seja anulado.-----

Não existindo mais intervenções, foi colocado à votação, sendo deliberado, por maioria, aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e nove votos contra do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda.-----

A Senhora Fátima Duarte apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Os membros eleitos pelo PSD votam contra o ponto 4 da ordem de trabalhos — Procedimento de Concurso Público para a Concessão da Utilização Privativa de Domínio Público Municipal Para a Implantação do Projeto "Zipline Nazaré", porque cremos que a Nazaré tem naturalmente, muitas outras ofertas turísticas que podem e devem ser cuidadas e otimizadas por forma a se tornarem uma opção de visita para os "cidadãos de todo o mundo" que são, efetivamente, cada vez mais uma presença anual no nosso concelho, não porque lhes é oferecido a vivência de um momento radical nas suas vidas, mas porque temos um património paisagístico natural, lindíssimo e único no mundo que deve ser preservado e protegido por todos nós até ao ultimo folego, porque ele sim, é a maior mais-valia que possuímos, juntamente com a nossa gente e os nossos usos e costumes.-----

Os nossos turistas, bem como os nossos munícipes têm de vários pontos do nosso concelho, nomeadamente, do Promontório do Sitio, dos miradouros da Pederneira ou do alto da serra da pescaria, uma paisagem de cortar a respiração que é importante cuidar para que se mantenha, assim, naturalmente o nosso maravilhoso cartão-de-visita, pelo que, desnecessário criar esta atração que irá gerar impactos negativos da mais variada ordem no nosso valiosíssimo património natural.-----

Assim, sendo estas as razões maiores para o nosso voto contra esta proposta, acresce ainda a falta de estudos e pareceres das entidades competentes, o desconhecimento do traçado efetivo de todo o percurso e de como e onde toda a estrutura irá ser implantada, bem como a possibilidade de estar em causa a invasão privacidade de pessoas à passagem do Zipline.”-----

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:-----



“O Bloco de Esquerda vota contra o ponto 4 (Procedimento de Concurso Público para a concessão da utilização Privativa de Domínio Público Municipal para a Implantação do Projeto “ZIPLINE Nazaré. -----

Não há Estado Democrático sem Democracia Local e, como tal, quando há temas, Projetos, Programas de relevante interesse local e que, necessariamente, dizem respeito à população e que interferem diretamente na sua vida, o referendo local é a forma de expressão vinculativa das cidadãs e dos cidadãos. -----

Com isto: quero dizer que o Bloco de Esquerda é contra o Projeto de Concessão Zipline Nazaré por achar que é uma concessão de um espaço público que não trás benefícios diretos às pessoas do Concelho da Nazaré. É um projeto que pode ter relevância na área do Turismo, que pode trazer receitas para a Autarquia, mas usar um espaço Público para instalar a estrutura, para atravessar um espaço público que tem um significado maior para as pessoas da Nazaré que é a Praia da Nazaré, requer outra atitude por parte deste Executivo Socialista.-----

A atitude de saber ouvir, a atitude de deixar que a população do Concelho da Nazaré da Nazaré se pronuncie e vote neste assunto. Se assim não for, será apenas mais um luxo que só servirá quem puder pagar e as pessoas sabem os impostos que pagam à autarquia, e sabem quem poderá pagar a descida deste luxuoso programa.-----

A Praia da Nazaré é Nossa Identidade”.-----

O Senhor Milton Estrelinha apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“Os eleitos do Partido Socialista da Nazaré subscrevem esta proposta, de início de processo de concessão, uma vez que este processo depende de vontade política para gerar mais e melhor atratividade ao concelho e para tal é necessário dotá-lo, não só mas também, a este nível.-----

Este é apenas o primeiro passo de um projeto que neste momento se encontra em decisão política e chegará o momento de ser avaliado pelas mais diversas entidades e por eventuais promotores, que poderão, ou não, encontrar viabilidade económica para este projeto.-----

Da parte dos eleitos do PS a vontade de gerar mais e melhores condições económicas no concelho não se resume a este projeto.-----

Contrariamente ao que sucedia no passado, a gestão socialista alterou o paradigma de gestão, uma vez que promete e cumpre, faz e paga, e, assim sendo, cumpre-nos defender os interesses globais do concelho e não defender ou impor determinados interesses só a alguns.-----

A defesa dos mais elevados interesses do concelho será sempre realizada, por este projeto político, de forma global. A análise não pode ser parcial e jamais defenderemos uma coisa para uns e outra para outros, porque este sempre foi um Projeto para Todos.”-----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota Contra neste ponto 4 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Bom, não há muito a fazer quando tudo arde! Não há muito a dizer perante tamanho absurdo! Não serão necessários muitos argumentos para justificar a indignação generalizada com tal TIROLESA ou ZIPLINE!-----

Apresentar a esta assembleia uma proposta para autorização de abertura de concurso público para a concessão (leia-se Privatização) da utilização privativa de domínio público municipal para implementação do projecto "Zipline Nazaré", é, para quem tem uma visão minimamente equilibrada daquilo que é o desenvolvimento sustentável, que imbrica, indissociavelmente, nas dimensões social, económica e ambiental, um devaneio sem precedentes, um ataque a um marco simbólico que habita o mais profundo de cada um de nós, os que cá nascemos, e dos muitos que nos visitam e veem naquele promontório, absolutamente único, uma das principais razões para cá voltar! -----

Avançar com uma vertigem deste tamanho, afirmando que aumentará a produção local, a riqueza gerada, os postos de trabalho, a coesão social sem um estudo de impacto económico é um absurdo! -----



Avançar com uma proposta destas, afirmando que irá ser um projeto ambientalmente sustentável e que valorizará e qualificará as praias do concelho, sem um estudo de impacto ambiental, é ridículo! -----

Ver este projeto como um motor de desenvolvimento, sendo um projeto estratégico para o executivo, é a demonstração do completo desnorte em que o mesmo se encontra! -----

A mobilização popular, que já assume proporções épicas tendo em conta o contexto local, contando também com o descontentamento daqueles que por dependência material face à CMN têm medo de se associar a esta luta, é a garantia que este projeto não é bem acolhido na Nazaré!

E se há alguma ignorância e confusão à volta deste projeto, como foi aqui proferido pelo sr. Presidente na última AMN, essa ignorância só pode ser acercada à responsabilidade do seu executivo — que não informa, não debate, não discute, por saber que é dessa forma que se perpetua no poder! -----

Há uma coisa de que podem estar certos, o anúncio deste "patético" projeto significará o início do vosso fim, que esperamos que seja mais cedo do que tarde, para bem de todos os que cá vivem e de todos os que nos procuram! -----

Assim, afirmamos o nosso veemente e ruidoso NÃO à ZIPLINE NAZARÉ!" -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se os Senhores Nelson Quico e António Caria dos Santos, que em representação do Movimento Cívico pela Defesa do Promontório da Nazaré, conforme documento que faz parte da pasta de documentos da reunião, intervieram informando que este Movimento integra algumas associações locais, organização política e sociedade civil, com cerca de 550 subscritores, onde contestam a intenção da Câmara Municipal pretender concessionar a instalação de uma tirolesa entre o Promontório e a Praia, durante um prazo de 20 anos, que irá estragar a beleza da paisagem da Nazaré, prometendo continuar a contestar este projeto de instalação.-----

